

ACTA N.º 04

Aos **vinte e sete dias** do mês de **Fevereiro** do ano de **dois mil e dez**, pelas 09h.40m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia dois do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal ;**
2. **Instalação da Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário – C.A.A.S;**
3. **Instalação da Comissão de Saúde**
4. **Empréstimo de Curto Prazo**
5. **Protocolo de Colaboração com o Sport Clube Valenciano – Parque de Estacionamento;**
6. **Regulamento de Trânsito na área da cidade de Valença (Zona Extramuros) – Alteração;**
7. **Brasão, Bandeira e Selo do Município de Valença; e,**
8. **Discussão e votação das alterações do Regimento da Assembleia Municipal, proposta pela Mesa, sob a colaboração da Comissão de Revisão do Regimento.**

III – Período de Intervenção do Público.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a habitual saudação protocolar.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas- face ao, a propósito, por aqueles aduzido em escritos, que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à Sessão – do Deputado Dr. Rui Ferreira, substituído pela Dra. Teresa Fernandes, do Deputado Dr. José António Lopes Nogueira, substituído pelo Sr. Alfredo da Silva Magalhães e, Deputado Sr. Salustiano de Faria substituído pelo Sr. Luís Adriano Areias da Silva - do Grupo Municipal do Partido Socialista.

O **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luis de Oliveira Vilas**, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, deixou alguns apontamentos:

1. Referiu que foi entregue justificação de falta de um Sr. Deputado, fora de prazo, pelo que solicitou que futuramente estes fossem respeitados;
2. Disse que gostava que a Assembleia se pronunciasse, sobre o pedido feito através de carta e, dirigido ao Sr. Presidente da Câmara, para que se providenciassem instalações próprias para este Órgão;
3. Informou os Srs. Deputados eleitos para as diferentes comissões, que deviam fazer chegar à Assembleia as respectivas actas, para se preparar a reunião da Comissão Municipal Multidisciplinar Integradora e, pagamento das respectivas senhas de presença;
4. Solicitou aos Srs. Presidentes de Junta uma maior colaboração na divulgação dos editais deste órgão, junto dos seus municípios; e,
5. Deu nota do processo efectuado para instalação da Comissão de Saúde, esclarecendo que não obtiveram resposta a alguns ofícios - em concreto do grupo profissional dos administrativos. Os enfermeiros informaram que para fazerem parte deveria ser solicitada autorização à administração, a Viana. Os médicos, representados na coordenadora, Dra. Eufélia Barbosa, sustentaram-se na legislação, de forma confusa, para não a integrarem. Por último, a carta enviada ao Sr. Presidente da Administração da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, a solicitar a presença do antigo Director do Centro de Saúde, Dr. Mário Represas nesta sessão e na Comissão de Saúde, também não obteve resposta.

Adentro das disposições regimentais o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, pôs à **discussão a Acta nº 03**, não sem antes introduzir correcções relativamente às ausências e respectivas substituições. Assim, passaria à seguinte redacção: Deputado Dr. José António Nogueira, substituído pelo Sr. Alfredo Magalhães; Deputada Dra. Margarida Rodrigues substituída pelo Sr. Luís Areias da Silva e, Deputado Sr. Mário Andrez substituído pela Dra. Maria do Carmo Duarte.

Colocou-se à votação e num universo de 37 votantes verificaram-se: 0 votos contra; 2 abstenções

(Sr. Mário Andrez e Dra. Margarida Rodrigues – por terem estado ausentes); e, 35 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta nº 03.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, leu proposta apresentada pela Comissão Permanente que se traduz no seguinte voto de pesar:

“A Assembleia Municipal de Valença consternada com o ocorrido no passado dia 20 do corrente na Ilha da Madeira, formulou um sentido voto de pesar e de solidariedade com a população da ilha”.

Colocado à discussão, usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para dizer que uma vez que as populações da Ribeira Brava e do concelho do Funchal foram as mais afectadas por este temporal e, por uma questão de solidariedade institucional, entendeu que o voto de pesar deveria ser enviado, também, para a Assembleia Municipal das referidas localidades.

O **Deputado Sr. Luís Amorim** para subscrever o proferido pelo Deputado Sr. Armando Carvalho e dizer que em seu nome e em solidariedade com o povo da Madeira, pretendia que o montante da sua senha de presença, correspondente a esta sessão, fosse encaminhado para a Caritas Ajuda a Madeira.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para esclarecer que a senha teria que ser recebida por cada um dos senhores deputados, que à posteriori lhe dariam o destino que considerassem oportuno.

Colocado à votação o **Voto de Pesar**, com a correcção apresentada pelo Deputado Sr. Armando Carvalho, foi **Aprovada por Unanimidade** com 37 votos a favor.

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, deu nota da entrada de uma **Moção de Protesto – Anexo nº 1**, apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e Unidos pelas Freguesias, respeitante à **Rotunda da EN 13**.

Colocada à discussão, não houve intervenções. Assim, num universo de 37 votantes verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 37 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade a Moção de Protesto.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Álvaro Guimarães Gomes**, solicitou autorização do plenário para uma ligeira alteração da ordem de trabalhos. Deste modo, o ponto nº 2 seria discutido de imediato, em virtude de algumas pessoas se terem deslocado de propósito à sessão só por pertencerem à Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário e, não teriam interesse em permanecer mais tempo.

Não havendo objecções a tal procedimento, passou-se ao Ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos:

2º PONTO – INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO – C.A.A.S - ANEXO Nº 2

O **Presidente da Mesa** leu o Auto de Instalação e chamou um a um os integrantes para tomarem posse: Presidente – Salustiano Costa de Faria; Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia - José Augusto Alves Areias; Representante do PSD – João Amorim Dias; Representante do PS – Maria da Conceição da Cunha Pereira; Representante do CDS/PP – Liliana Ribeiro Lemos Pereira; Representante da Assembleia de Freguesia de S. Pedro da Torre - Manuel Joaquim Barbeita Gomes; Representante do Centro de Saúde - Bruno do Nascimento Madureira; Representante da COREMA - José Gualdino Fernandes Correia; Representante da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre – Manuel Nogueira Afonso e, Representante da Câmara Municipal de Valença – Manuel Rodrigues Lopes.

Deu a palavra ao **Presidente da Comissão, Sr. Salustiano Costa de Faria** que:

1. Teceu algumas considerações acerca do bom funcionamento do Aterro, fruto da excelente equipa de trabalho que o acompanhou;
2. Manifestou a sua satisfação pela continuidade dos elementos, em particular o Sr. João Amorim Dias;
3. Disse ao Sr. Presidente da Câmara que irá continuar a trabalhar com o mesmo afinco, em prol do concelho de Valença;
4. Referiu que os cheiros que se notaram, há aproximadamente quinze dias, no aterro foram solucionados no próprio dia, tendo-se tratado de uma avaria num motor; e,
5. Concluir que tudo fará para não defraudar aqueles que lhe deram um voto de confiança.

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valença

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Mencionar que na semana passada estavam uns jovens, vestidos de palhaço, a fazer uns balões para as crianças, ladeados por uns cartazes que diziam “Valença Fortaleza Cultural”;
2. Interpelar o Sr. Presidente da Câmara acerca da pertinência destes dizeres, parecendo-lhe

excessivo este slogan pois Valença é realmente carente a este nível;

3. Considerar que Valença tem necessidade de se dedicar com afinco à promoção cultural própria e para isso é necessário apoiar, promover e dinamizar as colectividades locais. Nesta perspectiva, não seria demasiado propor a criação, no âmbito da Câmara Municipal, de um grupo de apoio para esse fim, que projectasse um plano de actividades e de produção cultural para toda a legislatura, que fizesse um apoio local personalizado e bastante actuante junto de cada colectividade;
4. Abordar o problema de segurança, em concreto, na estrada do Monte do Faro. As empresas fazem o abate das árvores e deixam ficar os inertes, nomeadamente os ramos, que acabam por ir para o meio da estrada;
5. Alertar que este abate, em determinados pontos da vertente, deixa a nu os declives, autênticos perigos para a circulação rodoviária;
6. Referir que não há quem fiscalize esta situação e, provavelmente, não há enquadramento legal municipal para a resolver; e,
7. Questionar se não será chegado o momento de rever o Regulamento Municipal.

O Deputado Sr. Pinto Neves para:

1. Registrar com agrado o pedido de instalações próprias para o funcionamento deste Órgão dando conta de algumas situações menos próprias do funcionamento;
2. Manifestar-se agradado com as parcerias com a cidade de Tui, destacando a Cavalgata de Reis e o Feriado Municipal;
1. Fazer um elogio à equipa que trabalha no Núcleo Museológico pelo excelente trabalho que está a desenvolver;
2. Lembrar, uma vez que estão a decorrer obras na nossa cidade, que talvez fosse o momento indicado para eliminar ruas de dois sentidos e onde não se conseguem cruzar dois carros; e,
3. Dizer que o edifício do Centro de Saúde está cada vez mais desclassificado e tudo indica que vai fechar. Não há duvida nenhuma que cada vez mais a população está a perder os seus direitos, dando conta do encerramento da Casa Mortuária desta mesma unidade.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para agradecer ao Município de Valença a oportunidade que lhe deu, no dia 18 de Fevereiro, de ouvir os alunos de música da Escola EB 2,3/S de Valença e louvar o trabalho da professora Inês Ribeiro.

O Deputado Sr. Augusto Natal para:

1. Informar que, na qualidade de Representante dos Presidentes de Junta, tiveram recentemente uma reunião de trabalho, finda a qual enviaram ao Sr. Presidente da Câmara as suas necessidades, preocupações e anseios para as respectivas populações; e,
2. Felicitar a Presidente de Junta de Arão, D. Elisabete Viana, pela sua eleição nos Órgãos Nacionais da ANAFRE.

A Deputada Dra. Inês Ferreira para:

1. Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que desse instruções nos serviços para que fossem divulgadas, via correio electrónico, as reuniões de Câmara;
2. Felicitar a parceria encetada com Tui relativamente a alguns eventos e, a propósito disso, dizer que foi com agrado que registou que a população de Valença saiu para a rua nas diversas actividades que tem decorrido;
3. Louvar a congregação das associações do concelho nas Janeiras, o que permitiu constatar que a tradição continua patente nas nossas aldeias;
4. Subscrever as palavras da deputada D. Elisabete Viana relativamente à visibilidade dada à EB2,3/S no 18 de Fevereiro; e,
5. Questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o processo de candidatura de Valença a Património da UNESCO.

O Deputado Sr. Sebastião Alves para:

1. Dizer que considerando que a situação financeira do Município não é, efectivamente, a melhor e ainda existem processos que envolvem indemnizações elevadas, pretendia esclarecimento acerca dos mesmos;
2. Saber quais as diligências tomadas relativamente às construções existentes junto ao restaurante Afonso, na EN 13;
3. Questionar para quando a apresentação do P.D.M na reunião da Assembleia Municipal;
4. Solicitar urgência na reposição das tampas de acesso às galerias técnicas, dentro das muralhas, ou substituição por outro tipo de material;
5. Alertar que uma grande quantidade de pedra dos pavimentos de granito na coroadas - colocadas na zona central aquando das 1ª e 2ª fase das obras de requalificação - estão bastante danificadas, pelo que questionou se não estaria na hora de reclamar a sua incorrecta aplicação e, em alguns casos, a substituição;
6. Acrescentar que no Parque de Estacionamento da Coroadas, algumas pedras triangulares na zona

- de limitação do mesmo foram partidas, pretendendo saber se vão continuar assim;
7. Chamar a atenção para os passeios pedonais saibrados, na muralha, que estão a ficar completamente destruídos pela acção das águas pluviais;
 8. Fazer notar que é urgente a reposição de caleiras e grelhas de escoamento assim como substituição e recolocação de algumas papeleiras, no Mercado das Lavradeiras e, refazer o pavimento do parque de estacionamento anexo;
 9. Dizer ser necessária a replantação de novas árvores em frente ao mercado municipal, ao campo da feira e sua envolvente, avenida dos Bombeiros Voluntários e na rua dos Limoeiros; e,
 10. Questionar para quando a pavimentação na rua da Bogalheira, assim como o desentupimento das sarjetas.

O **Deputado Sr. Mário Andrez** para:

1. Solicitar uma resposta acerca da conclusão do miradouro em Taião, principalmente a parte ajardinada;
2. Questionar acerca do P.D.M.;
3. Manifestar o seu agrado pelo facto de numa estrada em Gondelim já terem sido limpas as bermas e o aqueduto; e,
4. Questionar acerca do inventário feito no Museu de Taião, alertando para o facto de existirem lá peças emprestadas.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, em resposta às intervenções anteriores disse:

1. Relativamente à cultura – se há crítica que não lhe podem fazer é a falta de apoio e iniciativas culturais realizadas nestes três meses e meio;
2. Slogan “Fortaleza cultural” - é altura de começarmos a projectar a nossa fortaleza e tudo o que der para colocar no slogan fortaleza, será colocado;
3. Estas “palhaçadas” como o Deputado Sr. Armando Carvalho lhes chamou, custaram apenas alguns euros e fizeram parte das acções de promoção do Carnaval;
4. Nas actividades culturais que se tem desenvolvido, existem dois pilares basilares que são os Presidentes de Junta e as Associações do concelho. Estes já tem conhecimento da programação do município definida até final do ano. Enumerou um conjunto de iniciativas que decorreram de forma positiva tais como o Encontro das Janeiras e o Carnaval;
5. Segurança – tiveram uma reunião da Comissão de Segurança em que as questões do trânsito e estacionamento foram analisadas. Vai dar indicações aos serviços para estarem mais atentos aos problemas referidos pelo deputado Sr. Armando Carvalho e agradeceu a sua chamada de atenção;
6. Agradeceu as palavras elogiosas do deputado Sr. Pinto Neves para com algumas iniciativas;
7. Centro de Saúde – o empenho da Comissão de Saúde é que as coisas corram melhor do que tem corrido e têm, neste momento, uma unidade de cuidados continuados que funcionam muito bem;
8. Capela Mortuária do Centro de Saúde – desconhece o motivo do seu encerramento;
9. Instalações para a Assembleia Municipal – é uma questão que gostaria de ver resolvida uma vez que já se arrasta há anos. Pode haver a possibilidade de se conseguirem umas instalações, relativamente perto;
10. Reunião com o Sr. Natal – efectivamente este deu-lhe conhecimento dos temas abordados na mesma e garantiu que os Sr. Presidentes de Junta serão atendidos e os seus problemas, sempre que possível, resolvidos;
11. Candidatura a Património da Humanidade – recebeu do anterior executivo um pequeno dossier que não é mais do que as actas das três reuniões havidas com os cinco municípios envolvidos no projecto. Reuniu em Almeida, onde se fez o ponto de situação da candidatura, que terá que ser conjunta. Os municípios de Elvas e Almeida já entregaram o dossier na Comissão da UNESCO e Valença nem começou. Havia um protocolo com a Universidade do Porto para se elaborar uma monografia da candidatura, que suspendeu, uma vez que este processo é mais do que elaborar uma monografia e, os custos eram elevados. Tem que se começar por nomear uma comissão Técnica e uma Comissão de Honra. No entanto, não vale a pena as candidaturas andarem isoladas pois estas duas cidades terão que aguardar que as demais entreguem as suas para entrarem conjuntamente;
12. Processos judiciais – há alguns que o preocupam e outros que já se resolveram ou que tiveram um bom avanço esta semana;
13. Construções junto à EN 13 – realmente algumas encontram-se em situação irregular. Pretende que seja aprovada esta acta para formalizar, junto dos Serviços Técnicos, a revisão destas situações;
14. Tampas acesso às galerias técnicas – está-se no bom caminho para solucionar o problema das tampas partidas, tendo-se encontrado a solução através de uma estrutura metálica. Deu nota da dificuldade em aceder às galerias, de problemas eléctricos complicados, lâmpadas fundidas e, a

falta de ventilação;

15. Miradouro de Taião – esta obra é da competência da Junta de Freguesia e a Câmara deu o subsídio para a mesma;
16. Rua Dr. Ibérico Nogueira - vai ser alvo de intervenção e toda a zona do estacionamento, águas pluviais e, saneamento vão ser resolvidos;
17. Ligação de Gondelim à Ferreira – o Presidente da Junta de Cerdal informou que o Presidente da Junta de Ferreira, Paredes de Coura, estaria disponível para colaborar. Fez-se uma reunião com o Presidente da Câmara de Coura para resolver a questão e tiveram receptividade imediata. De momento o piso está em tout-venant e espera que num futuro seja pavimentado; e,
18. Inventário do Museu de Taião – desconhece mas irá averiguar.

Pelas 11h.00, o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, com a aquiescência da Assembleia, determinou uma pausa nos trabalhos.

Retomados às 11h.25m, passou-se ao:

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – ANEXO Nº 3

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Fazer uma correcção à interpretação do Presidente da Câmara no sentido de que não disse que as actividades culturais promovidas pela Câmara eram uma palhaçada. O que disse foi que o que viu na avenida foram dois jovens vestidos de palhaços;
2. Esclarecer que a crítica foi relativa ao alcance da expressão “Fortaleza Cultural”, relacionada com o panorama cultural de Valença, que ele próprio desconhece;
3. Considerar que primeiro há que dar a conhecer o programa cultural e, segundo, o que está em execução, seja devidamente divulgado por todos os meios possíveis; e,
4. Afirmar ser necessário que o planeamento executado tenha a devida visibilidade para ser vivido por toda a gente.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Reforçar que o encerramento da Casa Mortuária do Centro de Saúde, foi mais uma “machadada” na estrutura do Centro de Saúde;
2. Manifestar-se satisfeito pela candidatura de Valença a Património Mundial continuar; e,
3. Constatar que os arruamentos de Santa Luzia já estão em execução, apesar de não estarem a decorrer da melhor forma.

A **Deputada Inês Ferreira** para:

1. Dizer que Valença carece de Casa Mortuária e a do Centro de Saúde recebia somente quem falecia naquelas instalações. Valença não tem Casa Mortuária mas sim Capelas Mortuárias. Quem não professa a religião católica não tem alternativa para velar os seus ente queridos; e,
2. Manifestar-se acerca do estacionamento nas artérias que envolvem as rotundas, nomeadamente na rotunda da Trapicheira, que dificulta a normal circulação.

O **Deputado Sr. Carlos Natal** para:

1. Reforçar o proferido pelo Deputado Sr. Sebastião Alves relativamente às obras na fortaleza e, alertar que a falta de iluminação nesta é preocupante;
2. Fazer notar que o que é bonito nem sempre funciona bem. A título de exemplo, as chamadas de atenção feitas durante as obras, que não foram tidas em conta, pelo que os sumidouros das águas pluviais estão todos entupidos;

O **Deputado Sr. Alberto Vilas** para:

1. Acrescentar que, em princípio, em Março será aprovado o apoio, em conjunto, às colectividades, sensibilizando o Sr. Presidente da Câmara para a necessidade do mesmo;
2. Referir parecer-lhe fundamental fazer-se um esforço financeiro nesta área, pois é um investimento na população de Valença;
3. Questionar se está contemplada a resolução do problema das sedes do Rancho Folclórico de Ganfei, do Judo Clube de Valença e, do Coral Polifónico S. Teotónio; e,
4. Persistir acerca o funcionamento do Quiosque Multimédia, na Avenida da Estação.

O **Deputado Dr. Rui Mário Oliveira** para saber se há informação acrescida acerca dos processos judiciais.

O **Deputado Sr. Mário Andrez** para:

1. Insistir em resposta acerca do P.D.M;
2. Dizer que a consulta aberta, no Centro de Saúde, ainda causa mais nervos a quem espera porque primeiro tem que se passar por um médico e depois é que se vai para as consultas abertas; e,

3. Questionar para quando a construção do abrigo para as crianças de Taião.
O **Deputado Sr. Luís Amorim** para:
 1. Acrescentar, relativamente às actividades culturais desenvolvidas, nomeadamente o desfile de Carnaval, fazia parte do Plano de Actividades do Agrupamento, com envolvimento dos pais e dos docentes; e,
 2. Sugerir que se desse maior acompanhamento aos arruamentos já pavimentados nas freguesias a noroeste de Valença - Friestas e Verdoejo. Alguns deles já estão em estado deplorável devido às chuvas e, o piso colocado pelos Srs. empreiteiros, no seu entender, também não foi o melhor.
 O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:
 1. Dizer que a divulgação dos eventos tem sido feita através dos meios disponíveis, mas tudo fará para, cada vez mais, a melhorar, estando-se já a trabalhar nas redes sociais;
 2. Referir que o Carnaval faz parte do Plano de Actividades da Câmara e infelizmente nunca recebeu o das Escolas. No entanto, lançou o desafio para se desenvolver este projecto em conjunto e o município prestou o apoio logístico;
 3. Corrigir que quando está a falar da candidatura à UNESCO, não tem a ver com a antiga de Valença e Tui. Esta terminou pois a UNESCO não aceita candidaturas de Centros Históricos da Europa, sendo a actual das Fortalezas Abaluartadas das Fronteiras Portugal/Espanha;
 4. Mencionar que as obras em Santa Luzia nem sequer tinham caderno de encargos e por exemplo as guias não estavam contempladas;
 5. Fazer notar que se pudesse anular esta adjudicação, assim o faria. Esta obra começou ao contrário e não sabe se o problema das águas pluviais ficará resolvido;
 6. Acrescentar que aguarda melhorias no tempo para colocar o betuminoso desde a Galp até ao bairro e, a obra desde o semáforo da cooperativa até aos edifícios novos, será feita por conta do município;
 7. Informar que relativamente ao estacionamento nas artérias das rotundas, já falou com o Sargento que disse fazer o que a Câmara determinasse, só que o município não pode carregar com o ónus de tudo;
 8. Dar nota que têm que ser aberto concurso, até final de Abril, para a terceira e quarta fase das obras da Fortaleza. O projecto foi chumbado pelo IPAR, mas já foi refeito encontrando-se agora para abertura de concurso;
 9. Esclarecer que a Câmara não tem capacidade, de momento, para prestar apoio, em termos de sedes às colectividades. Vai-se ver a possibilidade de negociar um local para ser transformado num espaço cultural com uma parte destinada às colectividades;
 10. Acentuar que o quiosque multimédia nunca funcionou nem vai funcionar porque requer, no local, a presença dum informático e não têm energia eléctrica. Vai ser substituído por um muppie do Porto Norte de Portugal;
 11. Especificar a situação de alguns processos judiciais: o nº 2 - tem a ver com um dia de férias dum funcionário, foi decidido favoravelmente à Câmara; nº 5 - a decisão do tribunal foi de anulação de licenciamento do edifício; nº 14 - vai tentar chegar a um acordo antes do julgamento; nº 18 - chegaram a acordo; nº 19 - foi adiado sem data marcada. Relativamente a este processo, a Câmara está numa situação complicada uma vez que tinha conhecimento da existência da fábrica, tendo-lhe colocado um contador de água. Primeiro será para a seguradora pagar e depois tentar arrastar o processo o maior número de anos possível; nº 21 - a Câmara têm uma série de procedimentos abertos com esta empresa por diversas razões, mas sempre depois de entregarem a obra, nunca informando o empreiteiro acerca do incumprimento dos prazos;
 12. Justificar que o P.D.M era para vir a esta reunião mas adiou-se simplesmente porque a CCDRN não entregou o documento oficial a dizer que estava conforme; e,
 13. Acrescentar, relativamente aos pavimentos, que há que chamar os empreiteiros à responsabilidade e fazê-los cumprir o caderno de encargos e proceder a uma maior fiscalização.
 O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:
 1. Dizer ter-lhe chamado a atenção a posição que a Câmara tem relativamente ao processo nº 19. O Sr. Presidente da Câmara referiu que a única solução era “empatar” o processo, o que se lhe percute uma atitude fria uma vez que se tratava do posto de trabalho de um jovem casal de Valença, no início da vida e que não teve qualquer responsabilidade no incêndio; e,
 2. Sugerir que o caso seja resolvido o mais rapidamente possível até porque a Câmara é uma pessoa de bem e têm responsabilidades sociais para com os seus municípios.
 A Deputada **Dra. Inês Ferreira** para:
 1. Dizer que lhe custa aceitar que se façam as leis em Lisboa e, depois, se cumpram as que dá jeito cumprir, estranhando que as autoridades tenham receio em proceder conforme o estipulado;
 2. Sugerir que a partir das 22h.00 os semáforos, na fortaleza, ficassem intermitentes, pois é arriscado parar, a partir desta hora, dentro da muralha; e,

3. Dar nota que a EN 101, em direcção a Monção, apesar de ter sido requalificada, continua a empossar a água. Com a chuva fica completamente alagada e os veículos continuam a ter os mesmos problemas de circulação.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Esclarecer, relativamente ao processo 19, quando se referiu ao “empatar”, não era directamente com os visados pois a seguradora irá indemnizá-los. Esta, numa segunda fase, entrará em contacto com a Câmara e é aqui, se se apurar a responsabilidade deste município, que se tentará arrastar o processo;
2. Acrescentar, quanto às casas mortuárias, que lhe parece estar na altura de se começar a repensar esta situação. Em muitos locais não há possibilidade de construção questionando porque não serem utilizadas as das freguesias vizinhas;
3. Referir ser evidente que a GNR têm que cumprir a Lei, mas tem que estar respaldada;
4. Salientar que nunca se tinha apercebido que os semáforos fechados na fortaleza, poderiam constituir um perigo, mas vai ver esta situação; e,
5. A obra da EN101, não foi aceite devido a algumas incorrecções.

3º PONTO – INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DA SAÚDE - ANEXO Nº 4

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, leu o auto de Instalação da Comissão da Saúde dando nota dos membros que a constituem: Manuel Álvaro Guimarães Gomes – Presidente Assembleia Municipal, Luís Alberto Oliveira Vilas – 1º Secretário Assembleia Municipal; Mário Rui Pinto de Oliveira – 2º Secretário da Assembleia Municipal; Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia - Representante do Grupo Municipal do PSD; Luís Gomes Amorim – Representante do Grupo Municipal do PS; Liliana Ribeiro Lemos Pereira – Representante do Grupo Municipal do CDS/PP; Francisco José Rodrigues Romeu – Representante do Grupo Municipal Unidos pelas Freguesias; Armando Teixeira Carvalho – Deputado eleito pelas listas da CDU; Augusto Melim dos Santos Natal – Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia e, Jorge Salgueiro Mendes – Representante da Câmara Municipal.

Interviu:

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que a instalação desta comissão foi aprovada na sessão anterior, com treze elementos. Neste momento, a comissão só tem dez. Os três elementos conectados com o Centro de Saúde, não aceitaram e isto, a seu modo de ver, porque o processo foi mal conduzido. Os funcionários não podem aceitar representar a instituição se não tem a respectiva autorização do Conselho de Administração. Assim, o que está agora a tomar posse não é o que foi aqui aprovado.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para acrescentar que o proferido pelo Deputado Sr. Pinto Neves tem fácil resolução. Passa por uma proposta apresentada pela CDU em sede de Comissão de Saúde. Consiste que na falta de resposta por parte dos representantes do sector médico, de enfermagem e administrativo, se devia convidar uma entidade representativa dos trabalhadores do Centro de Saúde.

Considerar que a Deputada D. Aurélia Correia tendo sido eleita a Coordenadora desta Comissão, deveria prestar esclarecimento sobre o tema.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para:

1. Dizer que relativamente à proposta do Deputado Sr. Armando Carvalho, não é à Mesa que compete mais fazer estas “demarches”, uma vez que a comissão está formada;
2. Dar nota de todos os passos e respectivas respostas na condução deste processo;
3. Propor à Assembleia que a Comissão tomasse posse com os membros já definidos;
4. Sugerir que fossem aceites as proposta dos Deputados Sr. Pinto Neves e Sr. Armando Carvalho e, formassem o pedido ao Presidente do Conselho de Administração para os profissionais do Centro de Saúde integrarem a Comissão. Entretanto esta iniciaria os seus trabalhos; e,
5. Questionar se alguém se opunha a esta proposta verbal. Não se constatando oposição ao solicitado, passou a chamar cada um dos integrantes para tomarem posse.

A **Deputada D. Aurélia Correia** para comunicar que após a sua eleição como Coordenadora da Comissão, ficou decidido pedir audiência com a Coordenadora do Centro de Saúde e com o Representante do Conselho de Administração da Unidade Local do Centro Hospitalar do Altominho. Esta audiência teria por objectivo conhecer o ponto da situação do serviço de urgências e de saúde e, também solicitar um representante dos trabalhadores.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, desejou as maiores venturas à comissão.

Leu alerta enviado ao município respeitante à previsão meteorológica e, solicitou a sua divulgação pelas freguesias.

4º PONTO – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO - ANEXO Nº 7

Intervieram:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que com este empréstimo esgota-se a capacidade de endividamento do município em curto prazo, ficando apenas uma reserva de cerca de cem mil euros;
2. Solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que justifique como se chega a este saldo orçamental; e,
3. Concluir que é evidente que esta situação decorre de opções de conceito económico que se transformaram em autênticos servedouros de recursos financeiros, como por exemplo a concessão da água e dos saneamentos em alta. Espera que não venha justificar, a curto prazo, a privatização da água em baixa.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que o Grupo Municipal do CDS/PP, face à informação que lhe chegou e às necessidades do empréstimo, votará favoravelmente este empréstimo.

O **Deputado Sr. António Soares Pereira** para:

1. Referir que na primeira reunião da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara disse que a única certeza que tinha, era que a Câmara teria que fazer um reforço imediato entre quinhentos a seiscentos mil euros;
2. Constatar, através dos documentos que o valor de dívida aos fornecedores de conta corrente mantêm-se mais ou menos nos montantes anteriores;
3. Questionar acerca razão pela qual evoluíram as necessidades imediatas de Tesouraria de quinhentos para setecentos mil euros;
4. Afirmar que um dos fundamentos apontadas para solicitar este reforço é um défice de cerca de um milhão setecentos e cinquenta mil euros relativo aos Centros Escolares. Gostaria de saber se este valor diz respeito a obra comparticipada de fundos comunitários ou não e, quais os planos que a Câmara tem para resolver a situação.

O Presidente da Mesa teve que se ausentar por breves minutos, pelo que assumiu a presidência o

Primeiro Secretário Sr. Alberto Vilas que deu a palavra:

Ao **Deputado Sr. Luís Amorim** para dizer que pelas condições apresentadas pela instituição de Crédito Caixa Agrícola Mútuo e, atendendo a que este empréstimo visa honrar compromissos assumidos com obras realizadas, fruto das candidaturas das obras dos Centros Escolares e, para que o município possa ter uma maior liquidez para investimentos em curso, votarão favoravelmente esta contratação de empréstimo.

Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes, para:

1. Dizer que relativamente ao abrigo de Taião, como é em pedra, torna-se mais complicado, mas logo que os trabalhadores do município tenham disponibilidade tratarão do assunto;
2. Agradecer a boa vontade dos intervenientes para a aprovação do empréstimo;
3. Esclarecer que o executivo anterior, no início de dois mil e nove, tinha uma capacidade de endividamento de quatro milhões e trezentos mil euros que foram gastos em obras durante o referido ano. Os 30% que a Câmara tem que participar, mais alguns gastos não previstos nas empreitadas fizeram com que as despesas disparassem, nomeadamente nos Centros Escolares. Ainda falta, nestes valores, o Jardim de Infância de Bogim que não está incluído na empreitada de Passos, pelo que o seu custo é totalmente suportado pela Câmara;
4. Acrescentar que uma parte da Escola das Antas foi feita de raiz, mas na antiga, inicialmente não estava prevista qualquer intervenção. Quando se detectou que as salas não chegavam, avançou-se para essa parte que não estava contemplada na empreitada, portanto não foi co-financiada sendo também a expensas exclusivas do Município, daí este valor exorbitante;
5. Referir que na informação está ainda uma verba de cinco milhões e duzentos mil euros de dívidas a fornecedores;
6. Fazer notar que outra surpresa foi o edifício dos Paços do Concelho. Tinha uma candidatura semi-aprovada, de oitocentos e quarenta mil euros em 2007, em 2008 passou para setecentos e setenta, em 2009 para seiscentos e quarenta mil, e no final deu em zero. Perdeu-se a candidatura e teve que se pagar os 100%;
7. Acrescentar que em 2009 isto não foi detectado porque se recorreu aos “factoring”, ou seja as facturas não entravam na Câmara mas directamente no banco. Este efectuava o pagamento e à posterior é que remetia as facturas à Câmara. Isto associado ao facto de se investir em ano de eleições, criou a situação com a qual nos deparamos;
8. Indicar que a resolução da questão, passa por ter calma, depois, tem-se falado com os empreiteiros e, está-se a trabalhar sobretudo para a contenção de despesas. Neste contexto, um dos objectivos definidos na avaliação dos funcionários deste município, é a redução de 10% de encargos de funcionamento gerais de cada secção (energia eléctrica, gás, consumíveis genéricos, etc.) e, tudo o que puder ser feito pelos funcionários do município assim será;
9. Dizer, quanto à questão da água, já nem sequer está a falar do problema a partir do dia 1 de Abril, pois o protocolo assinado desde o ano 96 ou 97 com as águas do Minho e Lima, foi para a

- transferência dos sistemas em alta a partir desta data;
10. Sublinhar que, neste momento, já se conseguiu que a tarifa do abastecimento em alta esteja a quarenta e nove cêntimos por metro cúbico e o saneamento passe para quarenta e sete cêntimos, o que se traduz na poupança de milhares de euros;
 11. Comunicar que a factura do saneamento está na ordem dos cinquenta mil euros/mês, sem receita quase nenhuma porque praticamente ninguém paga saneamento;
 12. Referir que provavelmente se terá que tomar uma medida que não será popular e se traduz em não poder vender a água mais barata do que aquilo que se comprou;
 13. Acrescentar que se está a preparar uma alteração ao Tarifário e ao Regulamento para que o primeiro escalão passe para, pelo menos cinquenta cêntimos e, provavelmente, o último seja eliminado. O saneamento também terá que ser aumentado e terá que se pensar no lixo pois a conta começa a ser incomportável, tendo-se gasto já mais de um milhão de euros, com retorno é zero;
 14. Dizer que no saneamento teremos que ir mais além. Ter-se-á que ir casa a casa e ver quem tem as águas pluviais ligadas ao saneamento que faz com que as tampas saltem, assim como às fábricas e unidades hoteleiras. Estas não pagam água de rede nem saneamento mas injectam quantidades brutais para os escoamentos. Nesse caso, se o caudal assim justificar, será instalado um contador, junto à saída da caixa de saneamento, para controlarmos os metros cúbicos que entram na nossa rede de saneamento;
 15. Referir que iremos comprar cerca de um milhão e duzentos mil metros cúbicos de água, que é o que estamos a gastar anualmente, mas no sistema, só conseguimos cobrar cerca de setecentos e quarenta mil litros, ou seja há uma diferença enorme entre o facturado e o cobrado;
 16. Deixar claro que não pretende entregar a baixa da água, mas se eventualmente algum dia isto tivesse que acontecer teriam que garantir que não seria para disparar o preço logo a seguir;
 17. Dar nota duma possibilidade dos municípios do Vale do Minho criarem uma empresa de distribuição da baixa; e,
 18. Assumir com os presentes o compromisso de não entregar o sistema em baixa às Águas do Minho e Lima, actualmente Águas do Nordeste, a não ser por força da Lei, ou se chegar a um ponto tal que não se consiga suportar a despesa.
- O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:
1. Dizer que face ao exposto pelo Sr. Presidente da Câmara se confirma a veracidade daquilo que sempre têm dito que é o sistema multimunicipal é um servedouro de recursos e, a adjudicação da recolha de lixo a uma empresa privada foi um erro crasso de gestão;
 2. Considerar que a solução está no sistema intermunicipal que recorre na mesma a entidades privadas, mas consagra à parte do município todo o controle, inclusivamente na definição de preços e taxas – o que não acontece no sistema em vigor; e,
 3. Acrescentar que a opção errada tomada pelo anterior executivo em relação à água e ao lixo, é inteiramente subscrito por este executivo.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que é necessário ter em conta, relativamente às águas pluviais ligadas ao saneamento, que os utentes quando adquiriram as casas as coisas já estavam preparadas dessa forma pelo que não lhe parece que agora tenham que suportar as despesas.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para esclarecer que a Câmara irá analisar e colaborar na solução destas situações. O que é certo é que as mesmas não se podem manter.

Colocado à votação, num universo de 37 votantes, apuraram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 37 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

Retomando o seu lugar na Mesa, o **Presidente Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, questionou o plenário se pretendiam interromper para almoço ou dar continuidade aos trabalhos, tendo-se optado por continuar. Passou-se à discussão do:

5º PONTO – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O SPORTO CLUBE VALENCIANO – PARQUE DE ESTACIONAMENTO - ANEXO Nº 7

Intervêio:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que já no mandato anterior tinham levantando a hipótese de se fazer um parque de estacionamento no local que agora é proposto, presume que no chamado “Campo de Ténis”, mas foi dito que tal não era possível pois este oficialmente não existia;
2. Acrescentar que se tratava de um aterro que subsistiu ao tempo e que foi servindo para deixar as viaturas e, questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da actual situação.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Esclarecer o Deputado Sr. Armando Carvalho que o local em questão é do lado direito para quem sobe a Avenida de Cristelo;
2. Considerar que o trabalho que o Sport Clube Valenciano vem desenvolvendo, em prol da

- comunidade, nomeadamente junto das camadas jovens, tem uma componente social relevante; e,
3. Questionar acerca do apoio que se pretende dar a esta instituição e, porque não manter um dos parques associado a esta agremiação desportiva.

O Deputado Sr. Carlos Natal para:

1. Dizer que há já algum tempo tem vindo a chamar a atenção para a forma como o Parque da Coroada é explorado. Não está em causa a instituição mas o facto do Valenciano não ter tido a preocupação de transmitir uma imagem correcta e condizente com as obras efectuadas, isto também porque o anterior executivo não se preocupou que os conflitos que surgem todos os dias na exploração deste parque pudessem ser obviados;
2. Acrescentar que as pessoas que estão no parque tem um aspecto igual ao dos “portageiros” que se encontram à entrada da fortaleza, não estando devidamente identificados e, abordam os visitantes de forma menos propícia;
3. Considerar que pagar um euro e cinquenta por cinco minutos ou por um dia inteiro não lhe parece correcto;
4. Referir que a justificação dada para continuar com a exploração, até a Agosto, não lhe parece muito justificável até porque o protocolo feito com a anterior gestão era até final de 2008. Estamos em 2010 e portanto nenhuma direcção pode estar a assumir compromissos sem saber se vai ter a fonte de receita com a qual estava vinculada;
5. Informar que há bem pouco tempo o Sporting Clube Valenciano contratou mais três jogadores o que assim sendo, vem agravar os compromissos assumidos;
6. Acentuar que a receita apurada neste parque, que anda por volta dos cem mil euros lhe parece importante para a Câmara. Esta depois aplicá-la-ia pelas diversas associações e colectividades do concelho;
7. Dizer persistirem dúvidas acerca se a receita que aquele parque gera, vai totalmente para o Valenciano uma vez que se fazem cópias dos bilhetes. Entretanto passaram a carimba-los, o que vem confirmar a sua suspeita;
8. Dar nota que as crianças para terem formação no clube pagam ou seja, o subsidio que a Câmara dá e o que o parque tem gerado, não vai para as camadas jovens;
9. Concluir que a pessoa que está responsável pela cobrança dos bilhetes deveria apresentar-se com uma imagem condizente com a função, a barraca deveria ser substituída e, a nível da cobrança, talvez arranjar-se outro sistema. Enfim, parece-lhe que esta proposta deveria ser revista.

O Deputado Sr. Luís Amorim para fazer uma correcção relativa ao nome da Avenida onde se localiza o parque a ser concessionado, que é a Avenida dos Combatentes da II Guerra Mundial.

Congratulou-se com o entendimento que houve entre a Colectividade e a Autarquia visando os compromissos assumidos e, neste sentido, o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a proposta.

O Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes, para:

1. Dizer que não houve qualquer entendimento entre a Câmara e a Direcção do Valenciano. A Direcção do Clube pediu uma audiência com a Câmara na qual foram esclarecidas as condições;
2. Acrescentar, em relação à legalidade de cobrar o espaço, que não vê qualquer problema até porque se vêem várias instituições pelo país a cobrar os parques;
3. Dar nota que o Valenciano está numa situação precária na coroada desde 2008. A autarquia tem há dois anos os parquímetros para colocar e só não o fez porque o empreiteiro não tem a obra pronta e está semi-falido tendo que ser a Câmara a assumir esta obra;
4. Anunciar que espera em Março ter o problema resolvido e de seguida os parquímetros serão testados e entrarão em funcionamento. A partir daí o Valenciano, terá que ir para outro sítio, se a Assembleia o aprovar e se eles assim o entenderem;
5. Manifestar que não há timing para se proceder à alteração de taxas. Existe um protocolo que fixou estes valores para a coroada, apesar de não concordar;
6. Anuir que efectivamente a gestão não tem corrido da melhor forma e irá chamar a atenção ao Valenciano para corrigir os aspectos mencionados;
7. Dar como certo que a partir do dia 31 de Agosto todos os parques passarão a ser geridos pela Câmara, que depois fará a gestão da receita pelas diversas colectividades, promoção do comércio e turismo; e,
8. Referir que a questão dos arrumadores não tem resolução imediata, sendo que a GNR autua mas eles pagam as multas.

O Deputado Sr. Armando Carvalho para:

1. Dizer que fez confusão com os parques, de qualquer maneira pretende saber se o Município tenciona fazer obras, para a partir do dia 31 de Agosto poder passar à sua exploração;
2. Mencionar que se falou numa receita de cem mil euros, partindo do princípio que toda a gente irá colocar a moeda, questionando de que forma se vai fiscalizar esta situação; e,
3. Referir que a imposição de normas de apresentação e cobrança passa por um protocolo onde a

Câmara impõe uma regra de operacionalidade.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para dizer que o parque da coroadá terá sistema de barra. Isto faz com que esteja um funcionário de piquete para qualquer problema que possa ocorrer, ou se faça um protocolo com alguma entidade.

Colocado à votação, num universo de 36 votantes verificaram-se 0 votos contra, 2 abstenções e 34 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

6º PONTO – REGULAMENTO DE TRÂNSITO NA ÁREA DA CIDADE DE VALENÇA (ZONA EXTRAMUROS) - ALTERAÇÃO - ANEXO Nº 7

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Questionar quem vai fiscalizar o alcance deste investimento em parquímetros; e,
2. Propor uma alteração ao Regulamento na parte que diz respeito ao pagamento todos os dias das 08h.00 às 20h.00, sugerindo que seja grátis ao fim-de-semana, até numa tentativa de dinamizar o comércio.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que o Grupo do CDS/PP concorda com a proposta e votará favoravelmente. No entanto, não pode deixar de discordar com a perspectiva de que não é necessário alterar as tabelas nos lugares taxados, pelas mesmas serem previstas em termos genéricos. Opinou que deveriam ser objecto de estudo e discussão uma vez tratar-se de novos locais de estacionamento pago.

O **Deputado Sr. Sebastião Alves** para corroborar que deveria haver excepção no pagamento aos fins-de-semana. Por outro lado, disse comprovar-se que o estacionamento pago, na Avenida Miguel Dantas produziu efeitos isto porque agora qualquer cidadão tem lugar para estacionar, o que funcionou para disciplinar o trânsito.

O **Deputado Sr. Luís Amorim** para dizer que relativamente a este Regulamento não concordam com a colocação dos parquímetros na Avenida S. Teotónio. Esta já foi bastante castigada com a obras e os srs. comerciante lesados. Por este motivo irão optar pela abstenção nesta proposta.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Dizer que aquela zona já foi alvo de discussão pública com uma Comissão de Trânsito que existiu no passado, quando se definiu a circulação viária e os estacionamentos;
2. Colocar a possibilidade do tarifário, no futuro, poder vir a ser reequacionado. O proposto, neste momento é o que está na Av. Miguel Dantas, que lhe parece bastante equilibrado;
3. Acrescentar que onde existirem as barreiras, a questão da fiscalização está resolvida. Nos de moeda, a GNR procede ao controlo no entanto, as indicações que existem do Comando Geral é que esta tarefa não é da sua competência, a não ser que vá acompanhado pelo fiscal municipal para fazer o levantamento do auto;
4. Confirmar que há um lapso relativamente aos dias e, efectivamente, aos sábados, domingos e feriados não será cobrado.

Colocado à votação, num universo de 35 votantes verificaram-se 0 votos contra, 10 abstenções e 25 votos a favor. **Aprovada por Maioria.**

7º PONTO – BRASÃO, BANDEIRA E SELO DO MUNICÍPIO DE VALENÇA - ANEXO Nº 7

Interveio o **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que quanto à alteração do Brasão, Bandeira e Selo, o grupo concorda visto ser uma alteração que emana do novo estatuto cidade de Valença.

Questionou o facto da bandeira ter passado de esquartelada para gironada pois para tal não encontrou explicação.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, esclareceu tratar-se de obrigação resultante da elevação a cidade, que além das cinco torres, passa também a designar-se Município de Valença.

Quanto à questão colocada pelo Deputado Sr. Pinto Neves, não lhe soube explicar o fundamento mas como foi elaborado por especialistas da área, deduz que tenha que ser essa a forma.

Colocado à votação, num universo de 35 votantes verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e, 35 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

8º PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PROPOSTA PELA MESA, SOB A COLABORAÇÃO DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO - ANEXO Nº 7

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar o plenário que a documentação recebida respeitante à alteração e revisão do Regimento da Assembleia foi elaborada em conjunto com a Mesa, os representantes de cada Grupo Municipal com assento na Assembleia e, o Sr.

Deputado eleito pelas listas da CDU.

Usou da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Expressar a ideia de que ao serem aprovadas as alterações propostas, corrige-se uma injustiça no que diz respeito à representatividade que vinha a ser praticada desde há quatro anos; e,
2. Deixar bem claro que registaram com apreço esta posição manifestada pelo Executivo e pela Assembleia e, que entendem como um verdadeiro avanço de entendimento no funcionamento democrático desta instituição.

O **Deputado Sr. Pinto Neves** para:

1. Dizer que das alterações agora propostas, apenas o texto do artº 41, nº 1 é da sua integral autoria e que a redacção dos artºs. 43º, nº 1 e 59º, nº 2, são parcialmente da sua autoria;
2. Mencionar que o seu grupo apresentou proposta de alteração no todo ou em parte aos artºs, 6º, 9º, 10º, 17º, 20º, 30º, 34º, 35º, 38º, 39º, 44º, 45º, 52º e, 57º e, colocou a proposta de inclusão de um novo artigo do direito de petição, que não foi aceite pela maioria;
3. Manifestar que apesar de não estar completamente de acordo com as propostas agora apresentadas, considera-as aceitáveis e vão vota-las favoravelmente, com a excepção do artº 42º;
4. Considerar que este artigo devia ser suprimido, pois além dos seus textos longos e confusos, fala-se em posições e restrições e ainda na integração de grupos de trabalho similares não emanados da própria Assembleia Municipal;
5. Opinar ser um pouco bizarro estar-se a incluir neste órgão grupos que não têm nada a ver com a Assembleia, pelo que neste artigo votarão contra; e,
6. Discordar do artº 45º, ponto 2, que não é nada democrático, considerando que o uso da palavra deveria ser dado por ordem de inscrição.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Explicar a metodologia que foi seguida: cada um apresentou as propostas que levava dos respectivos grupos municipais e tentaram encontrar algum consenso. Em alguns, tal não foi possível ou ainda simplesmente não puderam alterar por força da Lei; e,
2. Esclareceu a forma, às vezes ridícula, como se processavam as inscrições para intervenção, considerando que ao ser por ordem de representatividade torna muito mais digno este período.

O **Deputado Sr. Luís Amorim** para:

1. Louvar o trabalho efectuado pela Comissão;
2. Dizer que apresentaram propostas a uma redacção diferente da que aqui se propõe, que não foram acolhidas, nomeadamente o artº 14º, nº 4 e artº 21º, nº 6; e,
3. Acrescentar relativamente a este último, que entenderam que a redacção apresentada viola o princípio da democraticidade, porque refere que é a substituição do mais votado e anteriormente eram os mais/menos.

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** mencionou que a CDU propôs a inclusão de uma nova alínea que tinha a ver com as competências da Assembleia e ficou acordado que seria melhor estudado para posterior inclusão, ou não, no Regimento. Tem a ver com uma nova capacidade da Assembleia que visa dar-lhe uma maior visibilidade para exterior e que se consubstancia em dar-lhe o poder de promover e patrocinar debates temáticos e colóquios, com entidades convidadas.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para dizer que se procederia à votação ponto por ponto, o que foi contestado pelo Deputado Sr. Luís Amorim.

Tendo-se levantado alguma dúvida relativa a esta situação, usou da palavra o **Deputado Sr. Pinto Neves** para dizer que a votação em conjunto não fazia sentido.

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, disse que seria mais prático quem votasse contra, fazer uma declaração de voto e uma vez que a maioria acha que se deve votar em bloco, proceder-se-ia desta forma. Deixou bem claro, que a Mesa era de opinião que se deveria votar ponto por ponto, no entanto, não vai impor este método.

Posto à votação, num universo de 35 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 35 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

O **Deputado Sr. Pinto Neves**, apresentou declaração de voto: *“Votaria contra o artº 42º porque o mesmo artigo deveria ser suprimido. Para além dos seus textos longos e confusos, repetem passos de frases e falam em posições, restrições e ainda na integração em grupos de trabalho e similares não emanados da própria Assembleia”.*

O **Deputado Sr. Luís Amorim**, para dizer que votaram favoravelmente esta proposta, mas discordam da redacção proposta ao artº 14, nº 4 e o artº 21º, nº 6.



Seguiu-se a leitura pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**, da **Acta**

em Minuta, que posta à votação, num universo de 35 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 35 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registando inscrições para intervenção, O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu a presença de todos e, pelas 14h.10, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Dra. Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Cidália Paço)